

# RAYMOND ARON

## E AS ORIGENS DA GUERRA FRIA\*

Carlos Gaspar

Nas vésperas da guerra, o Péricles de Tucídides diz aos atenienses que o que os distingue dos outros é compreender que as palavras não prejudicam a acção. A sua democracia impõe como modo de decisão estratégica um debate público onde os cidadãos podem exprimir livremente as suas divergências.

Raymond Aron quis estar na primeira linha no grande debate francês, europeu e ocidental do princípio da Guerra Fria, uma intervenção que se situa na continuidade do seu combate na resistência e no exílio. Empenha-se a fundo, como pensador, como jornalista e como político, na procura de um caminho por onde fosse possível conter os riscos paralelos da guerra e da rendição perante a dupla ameaça da dominação imperialista e da uniformização totalitária. Todas as frentes eram necessárias, sobretudo na fase crítica de ruptura entre os «dois campos», por volta de 1947, quando Raymond Aron ainda tem o seu lugar entre os responsáveis do partido gaullista e, ao mesmo tempo, inicia a sua coluna no *Figaro* e publica, no ano seguinte, *Le Grand Schisme*, o primeiro ensaio longo sobre a conjuntura histórica e a natureza da Guerra Fria, cujos temas são desenvolvidos, de forma mais ordenada e precisa, em 1951, em *Les Guerres en Chaîne*.

A escolha de Raymond Aron, que prejudica seriamente os primeiros passos da sua carreira académica, marca o debate da Guerra Fria. Se outros – poucos – puderam mostrar, com igual coragem, a sua determinação de defender a civilização ocidental, em nome da liberdade, perante a estratégia do caos e as ilusões dos suspeitos do costume, mais ninguém foi capaz de definir, com igual rigor, uma linha coerente de resposta contra a pressão soviética e a vaga comunista, assente tanto na restauração da democracia pluralista e dos estados nacionais, como na institucionalização da aliança atlântica e da integração europeia. No mesmo sentido, ninguém soube apresentar tão bem os fundamentos morais, políticos e estratégicos desse caminho estreito, um exercício onde se revela um homem com qualidades excepcionais: contra a corrente, vale o seu gosto de negar as ideias feitas, contra os preconceitos conformistas prevalecem a integridade do seu método analítico e a eloquência da sua pedagogia, contra o pessimismo persistem a vontade de lutar e a inteligência política, a par de um humanismo profundo, que se traduz

num espírito de confiança e na recusa de fatalismos históricos, intacto mesmo perante as piores catástrofes, onde a dor por vezes lhe impôs o silêncio.

O grande debate, decisivo para a sobrevivência da Europa e da democracia, tem de ser travado tanto com o inimigo totalitário, como com os adversários políticos e com os aliados mais zelosos. Desde logo, é preciso dar combate à União Soviética, assim como aos partidos comunistas europeus, muito fortes em França e na Itália, que prolongam a sua estratégia imperial do outro lado da divisão bipolar: na Guerra Fria não há separação entre políticas externas e políticas internas, a fronteira estratégica atravessa os estados e a decisão pode depender das lutas entre os partidos. Do mesmo modo, a urgência de desenhar as clivagens essenciais na política internacional e na política interna, exige assumir, com uma certa brutalidade, a necessidade de dar forma a um «partido americano», dirigido pelos socialistas, pelos trabalhistas e pelos democratas-cristãos europeus contra as secções do *Kominform*, correndo o risco de ter a seu lado os inimigos da véspera. Ainda nesse terreno, os princípios e a eficácia estratégica exigem separar as águas para demarcar a coligação ocidental dos interesses coloniais, pois a pior maneira de parar o imperialismo do futuro é proteger os imperialismos do passado, nomeadamente nas periferias asiáticas, onde o estalinismo atrai fortemente os nacionalismos emergentes. Por último, torna-se necessário conter os reflexos de simetria, tanto dos que se arriscam a repetir o erro fatal dos fascismos e opor à ameaça soviética um totalitarismo anticomunista, como dos que querem resistir à expansão totalitária com uma contra-ofensiva que reproduz os mesmos métodos de luta, põe em causa os valores liberais e pode provocar o inimigo soviético ao ponto de desencadear uma escalada da violência. A consciência clara de que está em jogo tudo, ou quase tudo, o que há de mais importante exige tanto o empenho na acção e a determinação da vontade, como a severidade da análise e a moderação estratégica.

Raymond Aron está presente em cada um desses debates, sem contemplações quanto ao essencial, mas tentando sempre pôr-se no lugar dos outros. Os seus argumentos concentram-se em três problemas principais: em primeiro lugar, o encadeamento das guerras e das revoluções, em segundo lugar, as mudanças no campo diplomático e na distribuição internacional do poder no fim da II Guerra Mundial e, em terceiro lugar, a análise das alternativas, indispensável para definir uma estratégia ocidental que possa impedir o regresso da guerra total e evitar o suicídio europeu na sequência da revolução atómica.

## **GUERRA E REVOLUÇÃO**

A dialéctica entre a guerra e a revolução, a cadeia diabólica das guerras totais e das revoluções totalitárias, é um tema fundamental para Raymond Aron e para a sua concepção trágica da história do século XX.

Em 1914, as paixões nacionalistas e a sociedade industrial criam as condições para que o despertar do «monstro guerreiro», prisioneiro do Concerto Europeu durante quase cem anos, transforme mais uma guerra entre as potências europeias numa guerra com uma

expansão e uma amplificação sem precedentes<sup>1</sup>. A nova Grande Guerra é a primeira guerra mundial e a primeira guerra hiperbólica<sup>2</sup> ou, na fórmula canónica, a primeira guerra total. A sua consequência mais directa é a destruição dos regimes políticos das potências vencidas, a começar pelo império russo: nas guerras modernas, os regimes políticos não escapam à derrota. Num momento decisivo, em Fevereiro de 1917, a abdicação do czar e a Revolução de Fevereiro de 1917 ameaçam fechar a frente oriental e deixar as potências centrais com as mãos livres para a ofensiva decisiva na frente ocidental. O fim da autocracia russa remove o último obstáculo que está a adiar a decisão norte-americana de entrar na guerra europeia ao lado das democracias. A intervenção dos Estados Unidos assegura a vitória da Entente, mas a decisão paralela de manter a Rússia pós-czarista na guerra destrói as possibilidades de estabilizar o regime constitucional e torna possível o golpe de Estado bolchevique, em Outubro de 1917. O primeiro acto do poder revolucionário é sair, unilateralmente, da guerra imperialista: sem reconhecer os limites da sua revolução, os leninistas antecipam que a continuação da guerra vai provocar a revolução na Alemanha, que consideram indispensável para consolidar a transição socialista europeia, nos termos previstos por Marx, e para salvar o seu próprio regime.

A DIALÉCTICA ENTRE A GUERRA E A REVOLUÇÃO  
É UM TEMA FUNDAMENTAL PARA RAYMOND ARON  
E PARA A SUA CONCEPÇÃO TRÁGICA  
DA HISTÓRIA DO SÉCULO XX.

Na fórmula de Elie Halévy, «a crise mundial de 1914-1918 não foi só uma guerra, mas também uma revolução»<sup>3</sup>. Raymond Aron sublinha que a guerra europeia é a origem comum das tiranias modernas. O comunismo russo tem a derrota como antecedente imediato e as consequências psicológicas e materiais da guerra marcam a emergência do nazismo. As tiranias reaccionárias são réplicas da tirania comunista com a qual tendem a convergir, como antíteses da democracia ocidental<sup>4</sup>. A guerra total está directamente na origem da primeira revolução totalitária, as origens da segunda revolução totalitária são inseparáveis quer da I Grande Mundial, quer da revolução comunista.

O passo seguinte na dialéctica da guerra e da revolução é dado por Carl Schmitt, que considera não só que «a guerra é a essência de tudo», mas também que «a guerra total determina a natureza e a forma do Estado total»<sup>5</sup>. Essa posição pode ser interpretada no duplo sentido em que, por um lado, os regimes totalitários reproduzem o modelo da organização militar na formação de um *garrison state* e, por outro lado, são formados para travarem uma guerra industrial numa sociedade de massas, onde as condições da vitória estratégica exigem a concentração e a mobilização total dos recursos disponíveis, incluindo a «mobilização do entusiasmo», um domínio onde a técnica totalitária parece insuperável.

Raymond Aron, sem ter de admitir a validade do sentido normativo da proposição constitucional de Carl Schmitt, não está longe de concluir, empiricamente, no mesmo sentido. Na Grande Guerra de 1914-1918, a «surpresa técnica» – a conjugação da demo-

cracia, em que a conscrição universal faz da guerra uma guerra entre povos, e da indústria, cuja capacidade de produção em série se traduz na capacidade de destruição em massa – surge como o principal perturbador dos planos dos estados-maiores, depois da neutralização da ofensiva alemã na batalha do Marne ter enterrado os exércitos num impasse defensivo. Mais do que as paixões ou o idealismo, a técnica é o motor que comanda a ascensão até aos extremos da guerra de aniquilamento e explica o massacre nas trincheiras. Por sua vez, a mobilização do ódio nacionalista, indispensável para suportar as perdas e assegurar a coesão interna, implica o fracasso das tentativas diplomáticas de conciliação e determina os termos de uma paz incerta, que quer subordinar a ordem internacional aos princípios da democracia constitucional e da autodeterminação nacional, sob a tutela da Sociedade das Nações. Nas origens da II Guerra Mundial está a vontade de conquista e de expansão imperial do regime totalitário alemão: a I Guerra Mundial destrói as instituições tradicionais europeias, que podem atenuar a tendência para o colectivismo e o nivelamento, e das suas ruínas emergem os movimentos revolucionários que querem recomeçar a guerra para restaurar o império universal<sup>6</sup>. Nesse sentido, a guerra é a origem, a vocação e o destino das revoluções totalitárias, e os regimes da «guerra civil permanente»<sup>7</sup>, depois de capturarem as principais potências continentais, a Rússia e a Alemanha, vão provocar uma «guerra civil internacional» entre as ideologias universalistas e entre as grandes potências, que é a continuação e a negação da I Guerra Mundial.

Logo no princípio da II Guerra Mundial, uma tese importante, que aparece formulada, sucessivamente, por James Burnham e por E. H. Carr<sup>8</sup>, define o conflito como etapa de uma revolução. James Burnham defende que o comunismo russo, o nazismo alemão e o *New Deal* norte-americano são outras tantas formas de realizar a mesma revolução pós-capitalista e pós-socialista que assinala o advento da «sociedade dos organizadores». Se a I Guerra Mundial foi a última guerra capitalista, a segunda é a primeira da «era dos organizadores» e trava-se entre três grandes potências – a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos – que são os nomes emprestados aos três centros estratégicos formados nas principais concentrações industriais modernas. Trata-se de uma guerra permanente e sem decisão, uma vez que nenhum dos três pólos pode ser destruído pelos outros, e serve para estabilizar a divisão tripolar que estrutura os equilíbrios entre os superestados da nova era<sup>9, 10</sup>.

Edward Carr, mais prudente nas suas previsões, tem a mesma tese sobre a dinâmica revolucionária da guerra<sup>11</sup> e, aparentemente, a mesma vontade de ver a guerra desfazer as velhas estruturas: a guerra é produzida pelas condições que tornam necessária a revolução e aceleram a sua realização: nenhuma guerra jamais restaurou o *status quo antebellum*. Os objectivos da I Guerra Mundial foram a democracia e o nacionalismo, que já não respondem à crise revolucionária, que começa com a Revolução de 1917 na Rússia e se prolonga por uma vaga autoritária na Turquia, na Itália, na Polónia, em Portugal e na Alemanha. Para salvar os princípios democráticos e de autodeterminação é preciso ultra-

passar o capitalismo liberal e preservar um movimento supranacional de formação de uma ordem europeia<sup>12</sup>.

Raymond Aron reconhece a pertinência de parte dos argumentos de James Burnham e E. H. Carr. A guerra acelera as mudanças e a guerra total demonstra a necessidade estratégica de uma concentração crescente de recursos económicos, demográficos e militares, que se exprime numa tendência pesada para a formação dos grandes espaços. Por outro lado, a sucessão das guerras europeias demonstra a necessidade política de superar as divisões entre as velhas potências, combinando a unificação económica e militar com a diversidade imposta por uma longa história, que reclama a permanência dos estados nacionais. Dito isto, não só se opõe ao fatalismo histórico, muito marcado nas teses de James Burnham, como recusa a lógica determinista da tese da guerra como etapa da revolução.

As suas críticas remetem para a teoria da guerra, a análise da história e a relação entre os totalitarismos e a guerra moderna. O argumento sobre a natureza da guerra consolida uma premissa teórica: «as guerras são, por essência, imprevisíveis»<sup>13</sup> e as suas consequências costumam ser diferentes dos resultados esperados. A Grande Guerra de 1914-1918 torna-se uma guerra de aniquilamento contra as expectativas de todas as partes.

A sua dinâmica cria as condições para uma mais do que improvável revolução bolchevique, cuja igualmente improvável sobrevivência representa a negação dos princípios da democracia e da autodeterminação nacional proclamados pela Entente e institucionalizados nas Conferências de Paris.

O interregno revela a instabilidade dos resultados do conflito, quando os vencedores e os vencidos trocam de lugar: a Rússia e a Alemanha, nas mãos dos regimes totalitários, recuperam para recomeçar a guerra contra a França e a Grã-Bretanha.

Os argumentos históricos servem para disciplinar a *hubris* racionalista dos sábios que se esquecem dos limites humanos. Com ou sem Sarajevo, pode considerar-se como provável a Guerra de 1914-1918, mas nem por isso a confrontação geral é inevitável: durante a grande paz do Concerto Europeu, a diplomacia consegue adiar as piores consequências de uma fusão latente entre a tirania, a técnica e o terror, bem como conter as revoluções e limitar as guerras, incluindo guerras entre grandes potências. No mesmo sentido, a transformação da primeira guerra europeia do século XX em guerra total é contingente, pois, se os exércitos alemães tivessem podido concentrar um maior número de homens e melhorar a rapidez da sua marcha sobre Paris, a guerra podia acabar em dois ou três meses. Ainda com maior certeza, pode-se admitir que o golpe de Estado de Trotsky nunca teria existido se o Governo provisório russo não tivesse decidido continuar na guerra<sup>14</sup>. As guerras totais estão na origem dos movimentos totalitários e a dimensão totalitária é, por sua vez, um factor inédito que condiciona a guerra entre as grandes potências.

O ARGUMENTO SOBRE A NATUREZA DA GUERRA  
CONSOLIDA UMA PREMISSA TEÓRICA:  
«AS GUERRAS SÃO, POR ESSÊNCIA, IMPREVISÍVEIS»  
E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS COSTUMAM SER  
DIFERENTES DOS RESULTADOS ESPERADOS.

Qualquer lógica racional de competição estratégica recusa a guerra hiperbólica – o Estado-Maior alemão, a partir de 1933, quer evitar a repetição da escalada e dos massacres de 1914-1918, que expõem os beligerantes ao duplo risco do aniquilamento e da revolução. Nesse sentido, a justificação estratégica dos regimes totalitários é a sua capacidade para garantir a vitória e evitar a catástrofe: as guerras modernas são guerras totais, em que os povos se lançam uns contra os outros com todas as suas forças, mas podem não ser guerras hiperbólicas. Os regimes totalitários são uma forma de concentrar toda a vontade, todos os recursos e toda a força de uma grande potência, para tornar possível a vitória numa guerra total no mais curto intervalo possível, sem resvalar para a guerra hiperbólica: «o regime totalitário resulta da guerra total e aceita a sua lei mas visa reduzir a sua duração»<sup>15</sup>. É um corolário que completa a fórmula de Carl Schmitt: a guerra total determina a natureza e a forma do Estado total, o Estado total determina a forma da guerra total.

Para concretizar esse desígnio, o Exército Vermelho inventa a doutrina ofensiva da guerra do movimento, depois imitada pelo Estado-Maior alemão, que desenvolve e ensaia o conceito operacional da *blitzkrieg*<sup>16</sup>. Os golpes iniciais da II Guerra Mundial confirmam a capacidade do nazismo para obter vitórias decisivas, incluindo sobre a França, sem repetição da guerra prolongada. Porém, a natureza ideocrática do regime totalitário obriga-o a formar um império universal e a expansão ilimitada arrasta-o para uma guerra permanente, a qual se pode transformar, mais tarde ou mais cedo, em guerra hiperbólica, como vai acontecer com a invasão hitleriana da União Soviética. Nesse sentido, a antecipação de James Burnham de uma guerra permanente mas limitada, onde não pode haver vencedores e cuja função é estabilizar os três pólos da «revolução dos organizadores», não resiste à lógica da ideologia que tende a prevalecer na dinâmica das revoluções totalitárias. A lógica determinista da tese de James Burnham implica que a Rússia, demasiado atrasada, se desfaça, como uma periferia encravada entre o pólo europeu e o pólo asiático da tripolaridade industrial. Mas a fúria totalitária do nazismo força a sua ofensiva oriental, sem estarem asseguradas todas as condições para a vitória rápida, prevista pelo Estado-Maior alemão para o fim do ano de 1941<sup>17</sup>. Eis como a guerra hiperbólica volta à cena da história – e os nazis excedem mesmo os seus requisitos mais exigentes da guerra total, quando decidem friamente organizar cientificamente o extermínio de seis milhões de judeus<sup>18</sup>. Contra as previsões, a primeira revolução totalitária acaba por prevalecer sobre a segunda, mais moderna, mais breve e mais demente.

A guerra é, por definição, imprevisível e as origens da guerra moderna não podem ser separadas da emergência dos regimes totalitários, mas nem as democracias estão condenadas a executar os programas estratégicos dos seus inimigos totalitários, nem é inevitável que o resultado de uma guerra total tenha de ser a revolução totalitária. A análise estratégica de Raymond Aron é uma teoria da acção, que ilumina uma vontade profunda de resistir ao pessimismo histórico.

## A ERA DOS IMPÉRIOS

A II Guerra Mundial não é a etapa de uma revolução, mas os seus resultados, como os de todas as guerras hegemónicas, onde se confrontam as principais potências internacionais, impõem mudanças profundas.

Para Raymond Aron, as três grandes mudanças são o regresso dos impérios, que tomam o lugar dos estados nacionais como as principais unidades no sistema internacional, a unificação do «campo diplomático», ao mesmo tempo consequência de uma guerra travada em todos os continentes e da vontade de dominação mundial dos regimes totalitários, e a emergência de uma estrutura bipolar de distribuição do poder que é vincada pela divisão radical e insuperável entre as duas grandes potências internacionais, em cuja luta está em jogo o destino de uma civilização.

O regresso dos impérios representa uma mudança na própria natureza do sistema internacional, no sentido em que altera o princípio de organização das suas unidades constitutivas<sup>19</sup>. A Grande Guerra de 1914-1918 precipita o fim dos impérios clássicos europeus e marca o triunfo dos princípios da Revolução Francesa. Desde logo, é uma guerra entre nações, onde as paixões nacionalistas comandam o ódio das massas, que as máquinas da propaganda moderna multiplicam e que se torna eficaz graças à escolaridade obrigatória e à imprensa. O recurso constante à mobilização nacionalista determina a definição da democracia e da autodeterminação nacional como os objectivos de guerra da coligação vencedora. As ilusões do momento antecipam uma paz democrática assente no reconhecimento do direito de as nacionalidades se constituírem como entidades soberanas e autónomas, donde emergem uma dezena de novos estados na Europa Central e Oriental. No século XIX, o princípio nacional diminui o número de estados europeus, com a unificação da Alemanha e da Itália, no século XX, o mesmo princípio aumenta o número de estados e acelera a desagregação do velho continente<sup>20</sup>.

O período em que os estados nacionais prevalecem no sistema internacional não excede os vinte anos do interregno que encadeia as duas grandes guerras, e é posto em causa mesmo antes de estar assinado o armistício de Novembro de 1918. Desde logo, a revolução comunista, que defende momentaneamente a autodeterminação para se aliar aos nacionalistas ucranianos e caucasianos na guerra civil contra os «exércitos brancos», não aceita subordinar-se a esse princípio, como, de resto, se pode concluir quer do baptismo constitucional do seu Estado, quer da fundação da Terceira Internacional: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é, obviamente, o nome de um império, no sentido em que não reconhece limites geográficos ou nacionais, e a Internacional comunista é o instrumento da sua expansão universal. Pela sua parte, a revolução nacional-socialista também assenta a sua legitimidade na mobilização dos ressentimentos nacionalistas, e não deixa de se reclamar dos princípios da autodeterminação nacional para acelerar a união alemã, entre o Anschluss e a decomposição da Checoslováquia, mas proclama-se, explicitamente, como um Terceiro Império, cujo desígnio está para além da nação alemã, no duplo sentido em que o seu projecto racial visa criar um homem

novo e o seu projecto de expansão ultrapassa dos limites mais ousados do imperialismo pangermanista.

As duas revoluções totalitárias na Rússia e na Alemanha marcam a ressurgência dos impérios milenaristas e universalistas<sup>21</sup>, e o que está em jogo na II Guerra Mundial é a sobrevivência dos estados nacionais, a velha ordem internacional da Sociedade das Nações, ou o regresso dos impérios, a nova ordem mundial.

Paralelamente, a persistência dos estados nacionais é posta em causa no debate sobre os grandes espaços, que excede as posições totalitárias, bem como as teses da geopolítica alemã, de resto comparativamente moderadas, no sentido em que defendem uma aliança duradoura, ou uma co-hegemonia entre as duas grandes potências continentais, a Rússia e a Alemanha, para assegurar o domínio do espaço euro-asiático<sup>22</sup>. De facto, nesse debate mais largo, tanto James Burnham e E. H. Carr, como Joseph Schumpeter e William Fox defendem, ou antecipam, a reorganização do sistema internacional com uma redução do número de estados ou, pelo menos, com uma concentração do poder num número mínimo de pólos.

Antes da invasão alemã da União Soviética, as previsões de James Burnham e de Joseph Schumpeter<sup>23</sup> projectam o *status quo* como uma fórmula de equilíbrio duradouro entre os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, os três pólos industriais da América, da Europa e da Ásia. Essa distribuição tripolar concentra as forças mais dinâmicas da modernidade em centros estratégicos periféricos que não são contíguos, ao contrário do velho sistema das potências europeias. Os imperativos da modernização e a virtude da distância antecipam um impasse estratégico prolongado, sem excluir a competição armada entre as grandes potências para controlar áreas intermédias, nem as guerras de resistência das periferias mais atrasadas contra o condomínio tripolar<sup>24</sup>. Depois da invasão da União Soviética, as previsões alteram-se para projectar a vitória provável da grande aliança das Nações Unidas como um modelo alternativo de equilíbrio tripolar. E. H. Carr quer antecipar a permanência da coligação europeia entre britânicos e russos para conter a Alemanha e assegurar a participação na integração económica da Europa Ocidental, dirigida, naturalmente, pela Grã-Bretanha, como a principal potência europeia<sup>25</sup>; William Fox prefere consolidar uma união anglo-saxónica, a aliança entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, construída ao longo da guerra, como um pólo único perante o pólo formado pela terceira superpotência, a União Soviética, numa antecipação original quer da bipolaridade do pós-II Guerra Mundial, que não é sinónima de ruptura das Nações Unidas, quer da unipolaridade ocidental do pós-Guerra Fria<sup>26</sup>.

Durante os anos da guerra, Raymond Aron admite, sem entusiasmo, a pertinência das teses sobre os grandes espaços, ao mesmo tempo que rejeita a reprodução dos modelos totalitários e os projectos de unificação europeia como uma utopia imperial perigosa. Os grandes espaços podem ser reclamados pela própria dinâmica da guerra, mas a unificação política não deve ser imposta, nem é inevitável, e a concentração do poder num



número restrito de grandes potências não constitui, em si mesma, um factor de estabilidade internacional. A unidade europeia deve ser limitada e a integração supranacional só é indispensável na economia, para impedir o regresso do isolamento nacionalista e do nacionalismo económico. Os impérios têm de ser combatidos: «os grandes e os pequenos estados vivem e morrem juntos»<sup>27</sup>, uma vez que a ordem imperial já não é uma ordem internacional.

Desde 1945, os resultados da guerra impõem o reconhecimento do regresso dos impérios como uma realidade incontornável: «a paz que aí vem será à escala da guerra que termina»<sup>28</sup>. A vitória das duas grandes potências periféricas, os Estados Unidos e a União Soviética, com um domínio incontestado sobre o sistema internacional e sobre uma Europa arruinada, tal como a revolução militar, com a bomba atómica, que joga a favor de uma ainda maior concentração do poder, confirmam que a paz da guerra total é a paz dos impérios.

As grandes potências vencedoras têm um poder sem precedentes. Os Estados Unidos e a União Soviética são ambos estados multinacionais de escala continental, com

grandes exércitos modernos e uma população de mais de cem milhões de habitantes. A União Soviética deixou de ser uma experiência revolucionária e passou a ser um império totalitário que domina o espaço euro-asiático e realiza assim a parte convencional do programa estratégico do seu rival nazi. Os Estados Unidos, pela segunda vez, decidem uma guerra hegemónica, que conseguem disputar, simultaneamente, na Europa e na Ásia Oriental, e opõem ao universalismo comunista a sua convicção na universalidade dos valores da liberdade e da democracia, bem como a sua visão da paz democrática e da aliança das Nações Unidas, que exprimem a sua vontade de não regressar ao velho isolacionismo, de serem reconhecidos como uma potência internacional e de imporem o seu modelo de ordenamento internacional.

O directório dos impérios pode assegurar a ordem internacional e a estabilidade no pós-guerra, se os Estados Unidos e a União Soviética se puderem entender e, inversamente, a paz é impossível com a sua divisão. Não é preciso muito tempo para compreender a inevitabilidade da ruptura. A oposição entre os dois impérios é, simultaneamente, estratégica, política e ideológica, tal como na Guerra de 1939-1945 e, nesse sentido, a terceira guerra é a continuação da II Guerra Mundial. Porém a redução do número de contendores dramatiza o conflito, pois na competição bipolar já só há lugar para um vencedor, e as armas atómicas tornam esse resultado num dilema apocalíptico: império universal ou extinção<sup>29</sup>.

Quando James Burnham revê as suas teses, insiste em que a mudança radical imposta pela surpresa atómica torna imperativo o monopólio nuclear, pois só assim é possível

DURANTE OS ANOS DA GUERRA,  
RAYMOND ARON ADMITE, SEM ENTUSIASMO,  
A PERTINÊNCIA DAS TESES SOBRE OS GRANDES  
ESPAÇOS, AO MESMO TEMPO QUE REJEITA  
A REPRODUÇÃO DOS MODELOS TOTALITÁRIOS  
E OS PROJECTOS DE UNIFICAÇÃO EUROPEIA  
COMO UMA UTOPIA IMPERIAL PERIGOSA.

assegurar que essas armas não serão usadas e que a civilização pode sobreviver. Como não é possível formar um Estado mundial, é imperativo que os Estados Unidos assegurem esse monopólio e se transformem num império mundial para assegurar esse monopólio, o qual, por sua vez, torna possível consolidar a hegemonia norte-americana com a neutralização da ameaça soviética, remetendo o seu inimigo totalitário para um estatuto permanente de inferioridade estratégica<sup>30</sup>. Raymond Aron concorda com a impossibilidade de formar um Estado mundial, tão profunda é a cisão entre os dois superestados, incapazes sequer de falar a mesma linguagem, mas permanece céptico quanto ao anúncio do império universal, que não decorre necessariamente de uma unidade militar mundial imposta pelo controlo das armas decisivas – armas atómicas, mísseis e bombardeiros de longo alcance<sup>31</sup>. O predomínio norte-americano, se existisse, não se traduziria por um governo mundial, mas pela subordinação do conjunto dos estados a um conjunto de regras<sup>32</sup>.

A segunda mudança resultante da guerra é, na fórmula de Raymond Aron, a unificação do «campo diplomático», determinada pela técnica e pelo progresso da ciência, bem como por uma solidariedade estratégica e militar sem precedentes entre os continentes<sup>33</sup>. Desde o início da II Guerra Mundial, em 1939, a cadeia das interações estratégicas revela essa unidade. Para assinar o Pacto Germano-Soviético, Estaline garante previamente a vitória das suas armas contra o exército japonês na Mongólia; a rendição da França, em Junho de 1940, é o sinal para o avanço japonês no Vietname e na Ásia do Sudeste; depois de Pearl Harbour, Hitler declara formalmente guerra aos Estados Unidos. O aumento exponencial das capacidades de projecção do poder, em distância, em força e em intensidade, entre o primeiro bombardeamento de Tóquio, o desembarque na Normandia e a destruição de Hiroxima, contribuem para a tendência de unificação, tal como a presença maciça dos exércitos aliados na Europa e na Ásia Oriental, incluindo a ocupação militar permanente da Alemanha, do Japão e da Coreia.

A cisão entre os Estados Unidos e a União Soviética confirma a continuidade dessa competição sem fronteiras, que anula as divisões geográficas e, mesmo, a fronteira entre a política internacional e a política interna dos estados, irrelevante para fazer parar as ideologias. Desde logo, a ruína da Europa, a ocupação do Japão e a guerra civil na China neutralizam as áreas intermédias, que são indispensáveis, senão para contrabalançar as duas superpotências, pelo menos para as separar e moderar o seu conflito. Por outro lado, a oposição entre os Estados Unidos e a União Soviética reproduz a luta entre a potência marítima e a potência continental, que se trava à escala mundial, com a tentativa do império comunista para expulsar o seu rival e unificar o espaço euro-asiático e a resistência do império norte-americano para manter as suas alianças na Europa Ocidental, no Japão e na China. Por último, a luta é o confronto entre um império ideocrático universalista, que não reconhece limites à sua expansão, e um império liberal confiante quer na sua força, quer na validade universal dos seus princípios constitucionais: o conflito é inexpiável e, no fim, só pode terminar quando um dos dois admitir a derrota.

A terceira mudança é a extraordinária concentração de poder em dois estados gigantes situados na periferia da civilização ocidental. A guerra realiza a profecia toqueviliana sobre a ascensão simétrica dos Estados Unidos e da Rússia, dois colossos de escala continental que, no século XIX, se expandem um em direção ao outro, e acabam por se encontrar, no século XX, no extremo oposto, ao longo das linhas de demarcação que separam os exércitos das Nações Unidas em Berlim, na Alemanha e na Europa em Maio de 1945.

A vitória das duas grandes potências periféricas é total e fica completa com a emergência de um regime bipolar: a guerra tripolar entre os Estados Unidos, a União Soviética e a Alemanha termina com a destruição do pólo que, no início da guerra, é o mais forte<sup>34</sup> e os exércitos dos vencedores ficam face a face na Europa e na Ásia, espaços vazios no fim da II Guerra Mundial. A derrota alemã deixa o império soviético sem rival continental no espaço euro-asiático, o declínio britânico torna os Estados Unidos o seu sucessor natural como a única grande potência marítima. Não existe nenhum outro Estado como um estatuto comparável e a desproporção entre o poder dos Estados Unidos ou da União Soviética e qualquer das restantes potências, mesmo sem contar com a arma atômica, não tem precedentes: tanto a redução extrema do número de grandes potências, como o nível de concentração do poder são inéditos. É nesse sentido que William Fox fundamenta a distinção entre superpotências, as únicas que têm capacidade de intervenção à escala mundial, e as outras grandes potências, cujo poder não excede os limites da intervenção regional.

Para Raymond Aron, a bipolaridade é um regime inerentemente instável: «entre dois pretendentes ao império, a rivalidade e não a entente é conforme ao curso das coisas humanas, mesmo quando se trata do império do universo»<sup>35</sup>. Nesse sentido, a dinâmica de bipolarização é uma propriedade estrutural do sistema de distribuição do poder do pós-II Guerra Mundial. Em qualquer caso, essa tendência é acentuada pela oposição entre o comunismo e a democracia, que acrescenta às tensões estruturais e estratégicas uma dimensão ideológica, que tornam a oposição bipolar rígida e insuperável. No fim da II Guerra Mundial o veredicto é claro: «esta guerra prolongar-se-á, para além dos platónicos armistícios»<sup>36</sup>.

NO FIM DA II GUERRA MUNDIAL O VEREDICTO É CLARO: «ESTA GUERRA PROLONGAR-SE-Á, PARA ALÉM DOS PLATÓNICOS ARMISTÍCIOS».

## **NEM PAZ, NEM GUERRA**

O sentido mais importante da escolha de Raymond Aron, quando decide intervir no debate do pós-II Guerra Mundial, parece ser a procura de uma estratégia ocidental alternativa à paz imperial e à escalada para mais uma guerra hiperbólica, que só pode ser, pelo menos no caso da Europa, uma guerra nuclear.

O resultado da II Guerra Mundial é, ao mesmo tempo, o fim de um pesadelo e uma catástrofe. Por serem hiperbólicas as guerras totais têm sempre de ser a última de todas guer-

ras, e essa dinâmica, que impõe o aniquilamento do inimigo, cria as condições para uma nova guerra<sup>37</sup>. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, prisioneiros dessa lógica, quiseram impor a rendição incondicional e forçaram a Alemanha e o Japão a continuar as hostilidades até à sua destruição, mesmo sem terem garantias sobre a aliança com a União Soviética, à qual a guerra abre as portas da Europa Central e da China. A Grã-Bretanha e a França contam-se entre os vencedores, mas deixaram de ser potências de primeira ordem: «uma grande potência define-se pela sua capacidade de escolher entre a paz e a guerra e todos os Estados europeus perderam essa capacidade»<sup>38</sup>. A Europa, ocupada pelos Estados Unidos e pela União Soviética, deixa de estar representada entre as grandes potências: já não há um concerto europeu, só há um concerto mundial.

Que fazer? O primeiro passo é definir a natureza da situação estratégica. Raymond Aron resume o impasse da Guerra Fria com a sua fórmula magistral: «paz impossível, guerra improvável»<sup>39</sup>. A paz devia ser possível entre duas grandes potências em equilíbrio relativo mas a natureza ideocrática do regime comunista impede uma divisão estável das esferas de influência respectivas entre os Estados Unidos e a União Soviética e exclui uma paz de compromisso. A teoria leninista postula a inevitabilidade da guerra entre os «dois campos», sem deixar lugar para acordos diplomáticos estáveis. A maior força do comunismo é a pretensão de universalidade, a recusa de limites à sua expansão, a vontade de dominação total, não só dos estados, das nações e das classes, mas também das ideias, dos costumes e dos homens – à custa da vida de milhões de pessoas – o que torna qualquer trégua virtual, por definição.

Porém, a guerra é, pelo menos provisoriamente, improvável. Desde logo, por existir um equilíbrio fundamental entre as posições das duas grandes potências, consolidado pela surpresa atômica: ninguém sabe se se trata da arma decisiva, capaz de impor, por si só, a capitulação, e daí resulta um equilíbrio cuja precariedade não exclui a sua duração: «essa incerteza é favorável à paz belicosa. Não se joga aos dados com o futuro da humanidade»<sup>40</sup>. Por outro lado, há uma diferença entre o racismo nazi e o determinismo comunista, mais confiante no seu domínio científico sobre o sentido da história, que lhe garante a vitória final: «o imperialismo de Estaline não é menos desmedido do que o de Hitler, é menos impaciente»<sup>41</sup>. No mesmo sentido, os códigos operacionais do leninismo referem-se a movimentos de fluxo e de refluxo no processo revolucionário. A Grande Guerra tornou possível a revolução russa, a II Guerra Mundial fortaleceu a posição da União Soviética e abriu um segundo ciclo de expansão revolucionária e imperial, que vai ser explorado por todos os meios possíveis, menos provocar uma nova guerra: Estaline «não tem os meios para repetir Pearl Harbour à escala atômica»<sup>42</sup>. Por certo, a conjuntura pode ceder a uma escalada que provoca uma terceira guerra mundial – a Guerra da Coreia justifica um pessimismo crescente das previsões – mas nem é essa a estratégia estalinista, nem esse é um resultado inevitável.

O segundo passo implica traduzir essas premissas analíticas numa estratégia que possa compensar a instabilidade implícita na definição da Guerra Fria. Para começar, parece

indispensável evitar a repetição do cenário da capitulação e impedir o cenário oposto de uma guerra preventiva. O síndrome de Munique está sempre presente e revela uma ansiedade persistente, quer com a tendência para a rendição perante a força da União Soviética, quer com os riscos de uma inclinação norte-americana para preservar a aliança das Nações Unidas. No fim da guerra, a União Soviética, cujas armas destruíram o monstro do nazismo, tem o prestígio dos vencedores e o comunismo quer e pode aparecer, na Europa e na Ásia, como a vaga do futuro. Contra essa tendência, Raymond Aron insiste em que a vitória do comunismo é uma calamidade equivalente à do nazismo e defende uma linha de resistência que opõe a democracia, a independência nacional e o progresso à subordinação a um império continental autocrático, opressivo e pobre. Inquieto com os Estados Unidos, o aliado indispensável de uma Europa desarmada, Raymond Aron afirma que, tal como Chamberlain, Truman só reconhece a ameaça totalitária depois de Praga<sup>43</sup>. A viragem presidencial é anterior e, se pode não ser completa logo nos princípios de 1946,

com os longos telegramas de Moscovo enviados por George Kennan, ocorre certamente antes do Plano Marshall, que marca a decisão estratégica norte-americana de permanecer na Europa Ocidental<sup>44</sup>. No extremo oposto, é necessário neutralizar as estratégias de guerra preventiva contra a União Soviética, que tentam maximizar a vantagem momentânea do monopólio nuclear dos Estados Unidos. Trata-se de uma linha minoritária, talvez mais forte do que se possa admitir na altura<sup>45</sup>, mas, em todo o caso, para Raymond Aron, «a vitória de um Estado pela destruição total do seu rival pode infligir à própria civilização uma ferida secreta, impossível de curar»<sup>46</sup>.

Em 1948, a guerra preventiva, bem como o unilateralismo ou a recusa das alianças, perence ao passado nas estratégias norte-americanas. A mudança imposta por Pearl Harbour e por Franklin Roosevelt assenta nas coligações e nas instituições multilaterais e rejeita a guerra preventiva. A doutrina do *containment*, que se compromete a recorrer a todas as medidas para travar a expansão soviética – incluindo o reforço militar em áreas críticas na Europa e na Ásia Oriental – excepto à guerra geral, vai preencher a ausência de orientação estratégica e torna-se a política oficial dos Estados Unidos. Raymond Aron, desde a primeira hora, reconhece a qualidade essencial da teoria de George Kennan: «O objectivo mínimo é o *containment*, o objectivo ulterior o povoamento da *no man's land* por regimes não-subordinados ao comunismo internacional, os meios a ajuda económica e política, sob a protecção da ameaça atómica.»<sup>47</sup> Todavia, Raymond Aron não partilha a análise, demasiado optimista, de George Kennan, que sobrevaloriza a crise de legitimidade do regime comunista na União Soviética e considera que o poder soviético está no seu auge, no fim da Guerra Mundial. De certa maneira, a linha justa do diplomata

INQUIETO COM OS ESTADOS UNIDOS,  
O ALIADO INDISPENSÁVEL DE UMA EUROPA  
DESARMADA, RAYMOND ARON AFIRMA QUE,  
TAL COMO CHAMBERLAIN, TRUMAN  
SÓ RECONHECE A AMEAÇA TOTALITÁRIA  
DEPOIS DE PRAGA.

norte-americano parte de uma análise incorrecta sobre o equilíbrio das forças, a qual pode explicar as oscilações posteriores acerca de questões decisivas para consolidar a sua estratégia de contenção, como a questão alemã ou o tratado de Washington, em que acaba por se opor ao programa de Londres, por considerar insustentável a divisão da Alemanha, bem como à formação da Aliança Atlântica, por temer os riscos da militarização da relação entre as duas grandes potências<sup>48</sup>. Longe dos centros da decisão estratégica, o filósofo francês não comete nenhum desses erros de avaliação.

Raymond Aron persiste na sua defesa da estratégia defensiva norte-americana, nomeadamente contra os que querem substituir a doutrina da contenção por uma estratégia de libertação, para corrigir as assimetrias entre a posição ocidental e a linha comunista e passar à ofensiva contra a União Soviética<sup>49</sup>. Essa moderação é tanto mais notável quando ele próprio é um crítico severo da passividade norte-americana perante a ocupação e a sovietação da Europa de Leste. Mas, passado o bom momento, pensar que a libertação dos regimes comunistas é possível sem os custos de uma guerra torna-se uma ilusão perigosa: a Guerra Fria é «uma terceira via, em que os dois campos se empenharam desde 1946; nem paz, nem guerra»<sup>50</sup>.

A essência da estratégia de contenção é o tempo<sup>51</sup>. Tudo pode mudar, no campo soviético, se a expansão totalitária for travada e as forças internas de mudança puderem fazer o caminho, quer na União Soviética, quer nas suas relações com os satélites comunistas. A viragem da Jugoslávia e a sobrevivência de Tito depois da sua condenação pelo *Kominform* representam a derrota mais séria da União Soviética desde 1945 e esse precedente pode ser seguido, no futuro, pela China<sup>52</sup>. O totalitarismo comunista não é invulnerável, o império soviético não é indestrutível.

Por outro lado, ganhar tempo é a única estratégia possível para a Europa, onde a alternativa imediata à Guerra Fria é a guerra total. Para assegurar a estabilidade da instabilidade bipolar e a duração de uma trégua precária, é indispensável consolidar uma fórmula de equilíbrio no centro da competição bipolar – a divisão da Alemanha –, fixar um princípio de legitimidade – a democracia pluralista – e definir um programa político com uma visão de futuro – a integração europeia.

A Alemanha é a chave da questão europeia<sup>53</sup>. Raymond Aron compreende logo que o nazismo morreu com Hitler e toma partido a favor da reconciliação com o inimigo da véspera, que implica uma inversão das alianças. Para a Alemanha, a derrota de 1945 deve ter o mesmo significado do que a derrota de 1815 para a França – o fim do período imperialista<sup>54</sup> – e, a partir daí, tudo é possível. Porém, a União Soviética impõe, desde os primeiros meses, a sovietação da Alemanha Oriental e compromete, deliberadamente, a unidade alemã. A divisão da Alemanha é, tal como a divisão da Europa, transitória: os alemães vão manter a sua vontade de ser uma nação para lá da grande cisão internacional. Se a divisão vai persistir enquanto durar a Guerra Fria, a única alternativa válida é a aliança com uma Alemanha Ocidental. A reconstrução da Europa reclama um estado alemão forte, a restauração da autonomia europeia exige o rearmamento da Alemanha e a

reconciliação com a França. Na conjuntura, a integração europeia não pode ser mais do que a consolidação do segmento continental de um espaço cujo centro está no Atlântico. Os Estados Unidos, cuja fortuna política simboliza o declínio da Europa, apoiam a integração da Europa porque precisam de aliados democráticos fortes, dispostos a reconhecer o seu estatuto de grande potência, para consolidar a sua posição regional. A vulnerabilidade europeia, tal como a incerteza quanto à estratégia soviética, acentuada com a crise de Berlim e a Guerra da Coreia, reclamam a institucionalização da comunidade de defesa transatlântica: depois de ter curado os Estados Unidos do isolacionismo, Estaline é o fundador dessa aliança<sup>55</sup>. A integração europeia e a comunidade transatlântica completam-se para enquadrar a divisão e a reconstituição da Alemanha, a partir da qual se pode esperar o ressurgimento gradual da Europa e um maior equilíbrio internacional: «as hipóteses de paz aumentam com o número de centros de força»<sup>56</sup>.

Nesse contexto, o ideal europeu pode ter uma tradução concreta e tornar-se sinónimo dos valores ocidentais da liberdade, da democracia e da independência nacional, que são os princípios de legitimidade da ordem transatlântica. Com esses valores é possível reconstruir a Europa, restaurar os estados e restabelecer as democracias, para preencher o terreno vago de 1945. A chave para o sucesso dessa linha é interna: a mesma estratégia falha na China por causa da corrupção e das divisões internas do regime nacionalista. O último passo, de certo modo o mais difícil, é sustentar a Guerra Fria e resistir a pé firme durante, pelo menos, uma geração. A Guerra Fria é uma guerra limitada quanto aos meios – incluindo, em 1950, a invasão militar da Coreia e a guerra entre os exércitos norte-americanos das Nações Unidas e os voluntários da República Popular da China – e ilimitada quanto aos fins e, nesse sentido, quase um estado virtual que, a todo o momento, pode deslizar para uma ascensão aos extremos. Contra esse risco existem três garantias – o equilíbrio das forças, a codificação das estratégias e das regras da competição bipolar, a arma nuclear. O equilíbrio resulta, em boa parte, das assimetrias entre a república imperial e a autocracia totalitária e entre a potência marítima e a potência continental. As estratégias defensivas de contenção, completadas pela demonstração de força decisiva na resposta militar à invasão da Coreia, revelam-se eficazes para limitar as estratégias ofensivas comunistas, excepto na China. Empiricamente, as crises ensinam aos adversários as regras da competição bipolar, que excluem a luta directa entre as forças armadas dos Estados Unidos e da União Soviética<sup>57</sup>. Pouco a pouco, a revolução nuclear marca o seu lugar na equação estratégica: as armas atómicas não são a arma decisiva, que impõe a capitulação de uma grande potência e torna possível a unificação imperial, são inúteis, como instrumentos políticos, diplomáticos ou militares, na Guerra Fria, e servem para estabilizar a balança bipolar, bem como para consolidar a preponderância internacional das duas superpotências<sup>58</sup>.

Apesar de tudo, a estabilização da Guerra Fria parece temporariamente adquirida: «a partilha do mundo em duas coligações, armadas até aos dentes, vivendo em campos sitiados, travando batalhas limitadas em sectores nevrálgicos, parece-se em tudo com o

mundo descrito por George Orwell em 1984», cujo modelo de guerra permanente sem decisão reproduz a previsão falhada de James Burnham sobre a guerra tripolar. A teoria da guerra de James Burnham não é pertinente na simulação original da guerra entre os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, mas aplica-se, finalmente, ao impasse persistente na luta entre os Estados Unidos e a União Soviética<sup>59</sup>.

Todavia, não chega resistir, é preciso esperar. Raymond Aron mostra-se cauteloso nas previsões sobre o declínio totalitário, o único bom resultado da Guerra Fria. As estratégias de sobrevivência das elites comunistas podem prejudicar a dinâmica do movimento

RAYMOND ARON MOSTRA-SE CAUTELOSO  
NAS PREVISÕES SOBRE O DECLÍNIO TOTALITÁRIO,  
O ÚNICO BOM RESULTADO DA GUERRA FRIA.

comunista: «a burguesia soviética quer o fim da revolução, mas o regime está condenado a uma perpétua fuga em frente»<sup>60</sup>. Além disso, os regimes totalitários, ao contrário das democracias, são hábeis em

ocultar as suas fraquezas mas essa vantagem só dura até ao dia em que o «choque de uma catástrofe» as mostra a toda a gente<sup>61</sup> – como aconteceu, finalmente, em Chernobyl.

Raymond Aron critica nas suas memórias os ensaios escritos no princípio da Guerra Fria. No entanto, são o primeiro enunciado dos temas essenciais da sua problemática teórica, resumido na síntese sobre a Guerra Fria:

«[...] a constelação presente define-se no ponto de encontro de três séries. A primeira leva à unidade planetária e à estrutura bipolar do campo diplomático, a segunda à difusão, na Ásia e na Europa, de uma religião secular cuja metrópole é uma das duas potências gigantes, a última à feitura de armas de destruição maciça, à guerra total, animada, simultaneamente, pela ciência moderna e pelas fúrias primitivas, pelo franco-atirador e pela bomba atómica, as formas extremas da violência ilimitada.»<sup>62</sup>

Nos mesmos trabalhos está feita uma versão sedimentada da narrativa aroniana do século XX como o século das guerras totais e das revoluções totalitárias e a sua dialéctica dos seus extremos de fé e de cepticismo, de produção e de destruição, de modernidade e de barbaridade. Tudo o que Raymond Aron diz sobre os fenómenos da guerra hiperbólica, do declínio da Europa e das «religiões seculares», ou acerca do sentido da encruzilhada histórica no princípio da Guerra Fria, parece evidente, até banal. Mas, como diz Pierre Hassner, é preciso lembrar que as suas análises se constroem na refutação de visões alternativas e concorrentes, sem esquecer as teses dos «terríveis simplificadores», das quais, finalmente, resta muito pouco<sup>63</sup>. **RI**



\* Este texto foi originalmente apresentado na Conferência «Raymond Aron: Um Intelectual Comprometido», organizada pelo IDN e IPRI – UNL, Lisboa, 14-15 de Abril de 2005.

1 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*. Paris: Gallimard, 1951, p. 18.

2 A «guerra hiperbólica» é uma expressão cunhada por Guglielmo Ferrero para descrever a Grande Guerra como um novo tipo de guerra, capaz de destruir a civilização europeia. Raymond Aron usa essa expressão com muita frequência. Ver FERRERO, Guglielmo – *La Fin des Aventures*. Paris: Rieder, 1931.

3 HALEVY, Elie – «Une interprétation de la crise mondiale (1914-1918)». Conferência em Oxford, em 1929. In HALEVY, Elie – *L'Ère des Tyrannies*. Paris: Gallimard, 1938, 1990, p. 172.

4 ARON, Raymond. «Le socialisme et la guerre» (1939). In HALEVY, Elie (1938, 1990). Postface, pp. 253, 257, 260. ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 36.

5 Carl Schmitt é citado por Sigmund Neumann in NEUMANN, Sigmund – *Permanent Revolution. Totalitarianism in the Age of International Civil War*. Nova York: Praeger, 1942, 1965, p. 231.

6 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, pp. 22, 24, 30, 36.

7 Raymond Aron classifica os regimes comunistas russo e chinês como regimes de guerra civil – «o comunismo é uma teoria e uma prática da guerra civil, na primeira fase, e da tirania, na segunda fase» – enquanto Sigmund Neumann alarga essa definição ao conjunto dos regimes totalitários e o conceito de guerra civil à política internacional dominada pela emergência dos totalitarismos russo e alemão. ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 171. NEUMANN, Sigmund – *Permanent Revolution. Totalitarianism in the Age of International Civil War*.

8 BURNHAM, James – *The Managerial Revolution*. Nova York: John Day, 1941. CARR, E. H. – *Conditions of Peace*. Londres: Macmillan & Co, 1942. Na sua biografia de E. H. Carr, Jonathan Haslam insiste em que a tese original sobre a dinâmica revolucionária da guerra é enunciada por Lawrence Dennis, um antigo diplomata isolacionista e um dos raros intelectuais fascistas nos Estados Unidos. Diz também que Edward Carr conhecia o livro e não o cita deliberadamente. James Burnham faz o mesmo. Ver HASLAM, Jonathan – *The Vices of Integrity: E. H. Carr (1892-1982)*. Londres: Verso, 1999. Ver também DENNIS, Lawrence – *The Dynamics of War and Revolution*. Nova York: The Weekly Foreign Letter, 1940.

9 BURNHAM, James – *The Managerial Revolution*. Londres: Pelican Books, 1945, pp. 148-152. A edição de 1945 reproduz o original de 1941 sem alterações no texto. A afir-

midade com a visão de George Orwell, revelada no seu romance distópico, *1984*, é evidente. Ver ORWELL, George – *Nineteen Eighty-Four*. Harmondsworth: Penguin, 1949, 1976. Ver também ORWELL, George. «James Burnham and the Managerial Revolution» (1946). In ORWELL, George – *The Collected Essays, Journalism and Letters IV*. Harmondsworth: Penguin, 1976, pp. 192-214.

10 A versão francesa do livro de James Burnham é publicada, em 1947, na coleção «Liberté de l'Esprit» que Raymond Aron dirige para a Calmann-Lévy, com o título *L'Ère des Organisateurs*. Raymond Aron faz uma crítica do livro quando ainda está em Londres, durante a guerra. ARON, Raymond – «Du pessimisme historique», in *La France Libre* (Março de 1943). In ARON, Raymond – *Chroniques de Guerre. La France Libre (1940-1945)*. Paris: Gallimard, 1990, pp. 623-634.

11 Edward Carr invoca, explicitamente, a tese de Elie Halévy sobre a guerra e a revolução, logo na abertura do primeiro capítulo, cujo título é «War and revolution». CARR, E. H. – *Conditions of Peace*, pp. 3, 4-5.

12 Edward Carr elabora largamente sobre as condições de reconstituição e continuação de um processo de integração europeia, que deve poder sobreviver à sua primeira versão, edificada sob a hegemonia alemã. CARR, E. H. – *Conditions of Peace*, caps. II-IV.

13 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 22.

14 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*. Paris: Gallimard, 1948, p. 128.

15 ARON, Raymond – «La stratégie totalitaire et l'avenir de la démocratie». In *La France Libre* (Maio de 1942). In ARON, Raymond – *Chroniques de Guerre. La France Libre (1940-1945)*, pp. 561-563.

16 Sobre este tema, Raymond Aron cita Hermann Rauschning e acrescenta que os nazis copiaram a doutrina militar soviética tal como os prussianos imitaram o exército napoleónico. ARON, Raymond – «La stratégie totalitaire et l'avenir de la démocratie», p. 565. Ver também RAUSCHNING, Hermann – *La Révolution du Nihilisme*. Paris: Gallimard, 1939.

17 Ver a nota sobre a União Soviética, acrescentada com data de 1943, sem alterar o texto original de 1941. BURNHAM, James – *The Managerial Revolution*, p. 189.

18 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 49.

19 *Ibidem*, p. 37.

20 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, pp. 55-56.

21 KOHN, Hans – *World Order in Historical Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1942, pp. 111-141.

22 É o caso de Karl Haushofer, um dos teóricos da geopolítica e conselheiro estratégico de Hitler, e também a linha de uma parte dos dirigentes nazis, incluindo o ministro dos Negócios Estrangeiros. As posições do general Haushofer são discutidas por NEUMANN, Sigmund – *Permanent Revolution. Totalitarianism in the Age of International Civil War*, pp. 291-296.

23 BURNHAM, James – *The Managerial Revolution*. SCHUMPETER, Joseph (1941) – «An Economic interpretation of our times. The Lowell Lectures», in SWEDBERG, Richard (ed.), SCHUMPETER, Joseph – *The Economy and Sociology of Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 339-400.

24 BURNHAM, James – *The Managerial Revolution*, pp. 150-153.

25 CARR, E. H. – *Conditions of Peace*, caps. VIII-X.

26 FOX, William T. R. – *The Super-Powers. The United States, Britain, and the Soviet Union – Their Responsibility for Peace*. Nova York: Harcourt, Brace & Co, 1944.

27 ARON, Raymond – «Destin des nationalités». *La France Libre* (Abril de 1943). In ARON, Raymond – *Chroniques de Guerre. La France Libre (1940-1945)*, p. 619.

28 ARON, Raymond (1945) – «L'âge des empires». *La France Libre* (Maio de 1945) In ARON, Raymond – *Chroniques de Guerre. La France Libre (1940-1945)*, p. 975.

29 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 19.

30 BURNHAM, James – *Pour la Domination Mondiale*. Paris: Liberté de l'Esprit, Calmann-Lévy, 1947, pp. 76-78, 133.

31 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, pp. 93, 341-342.

32 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 9.

33 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 17.

34 Sobre a guerra tripolar, ver SCHWELER, Randall – *Deadly Imbalances. Tripolarity and Hitler's Strategy of World's Conquest*. Nova York: Columbia University Press, 1998.

35 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 19. William Fox tem uma posição distinta: a bipolaridade pode ser um regime estável se as duas superpotências cooperarem para garantir o *status quo* e impedir o regresso da tripolaridade, isto é, a ressurgência da Alemanha e da unificação europeia. FOX, William T. R. – *The Super-Powers*, pp. 101-110.

36 CHAR, René – *Fragments d'Hypnos: VII (1944)*. Ver a tradução de Manuel de Lucena. «René Char». In *Atlântico*, 2005, 1, p. 40.

- 37 Raymond Aron escreve o seguinte sobre a guerra total: «Pour qu'elle soit la dernière, on la mène à son terme. Parce qu'on la mène à son terme, on suscite la suivante.» (ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 60).
- 38 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 33.
- 39 A fórmula canônica é usada, pela primeira vez, em Setembro de 1947, num artigo do *Figaro* e é o título do primeiro capítulo de *Le Grand Schisme*. Raymond Aron volta a explicar o seu sentido nas suas Memórias. Ver ARON, Raymond – «Stupide résignation» [1947], *Le Figaro*, 21-22 de Setembro. In ARON, Raymond – *Les Articles du Figaro I*. Paris: Editions de Fallois. 1990, p. 49. ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, cap. I, pp. 13-31. ARON, Raymond – *Mémoires. Cinquante Ans de Réflexion Politique*. Paris: Julliard, 1983.
- 40 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 29.
- 41 *Ibidem*, p. 31.
- 42 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 289.
- 43 *Ibidem*, p. 129.
- 44 Sobre a estratégia norte-americana na Guerra Fria, ver *inter alia* GADDIS, John Lewis – *The U.S. and the Origins of the Cold War (1941-1947)*. Nova York: Columbia University Press, 1972, 2000.
- 45 Sobre as doutrinas de guerra preventiva nuclear, ver TRACHTENBERG, Marc – «A wasting asset. American strategy and the shifting nuclear balance (1949-1954)», in TRACHTENBERG, Marc – *History and Strategy*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 100-152. Ver a referência à guerra preventiva em ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 27.
- 46 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 209.
- 47 ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 47.
- 48 Sobre a União Soviética em 1946, ver KENNAN, George F., «The background of current Russian diplomatic moves» [1946], in KENNAN, George F. – *Measures Short of War. The George F. Kennan Lectures at the Naval War College (1946-47)*. Washington: National Defense University Press, 1991, pp. 71-87. Sobre a evolução das posições de George Kennan entre 1946 e 1949, ver *inter alia* MISCAMBLE, Wilson – *George F. Kennan and the Making of American Foreign Policy (1947-1950)*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- 49 Raymond Aron desenvolve os seus argumentos no posfácio ao livro de James Burnham, editado na sua coleção, que defende o caso da libertação. BURNHAM, James – *Contenir ou Libérer*. Paris: Liberté de l'Esprit, Calmann-Lévy, 1953. Tradução de *Containment or Liberation?*
- 50 ARON, Raymond [1953] – «Postface», pp. 293-294.
- 51 *Ibidem*, p. 323. Ver também KENNAN, George F. – *Realities of American Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1954, p. 78.
- 52 ARON, Raymond. «L'hérésie nationale», *Le Figaro*, 10 de Julho de 1948, ARON, Raymond – *Les articles du Figaro I*, p. 114.
- 53 Sobre a questão da Alemanha, ver o capítulo III de *Le Grand Schisme* – «Deux Europes ?» – e o capítulo XI de *Les Guerres en Chaîne* – «Renversement des alliances». ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, pp. 52-68. ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, pp. 243-261. Raymond Aron volta a esse tema nas *Memórias*, quando evoca as suas primeiras intervenções a favor da reconciliação com a Alemanha e lhe dizem que ele pode tomar essa posição por ser judeu. O comentário irónico de Aron refere ter sido essa a única vez em que lhe aconteceu essa condição ser invocada como uma vantagem. ARON, Raymond – *Mémoires*.
- 54 A referência a 1815 e 1945 é a única que expressamente é repetida em *Le Grand Schisme* e em *Les Guerres en Chaîne*. ARON, Raymond – *Le Grand Schisme*, p. 81. ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 244.
- 55 No duplo sentido em que postula a divisão da humanidade em dois campos e criar a coligação postulada pela sua mitologia e em que a pressão estratégica força os norte-americanos a sair da passividade. ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 458.
- 56 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, pág. 245.
- 57 Ver ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, pp. 427-443 e ARON, Raymond. «De la paix sans victoire» [1951]. *Revue Française de Science Politique* 1, 3 in ARON, Raymond – *Etudes Politiques*. Paris: Gallimard. 1972, pp. 446-459.
- 58 Sobre a arma atômica, ver o capítulo VIII, «L'âge atomique» de ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, pp. 178-196. Ver também ARON, Raymond [1955]. «A l'âge atomique peut-on limiter la guerre ?» *Preuves in ARON, Raymond – Etudes Politiques*, pp. 479-494.
- 59 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 442. Ver também GASPARD, Carlos, «Revisitation du dernier homme» in LEGLOANNEC, Anne-Marie e SMOLAR, Alexandre (dirs.). 2001.
- 60 ARON, Raymond – *The Century of Total War*. Boston: Beacon Press, 1954, p. 336. [primeira edição norte-americana de *Les Guerres en chaîne*, incluindo um capítulo adicional, «After Stalin», pp. 329-340].
- 61 ARON, Raymond – *Les Guerres en Chaîne*, p. 304.
- 62 *Ibidem*, p. 197.
- 63 HASSNER, Pierre. «L'histoire du XX<sup>e</sup> siècle» in «Raymond Aron [1905-1983]. Histoire et politique. Textes et témoignages», *Commentaire* 8, 28-29, p. 229. Paris: Julliard. 1985. Ver também HASSNER, Pierre – «Aron, un penseur contre les terribles simplificateurs», in *Le Figaro*, 23 de Março de 2005.

## A FÓRMULA ESTRATÉGICA DA GUERRA FRIA

“Apaz é impossível, mas a guerra é provisoriamente improvável.” RI

Raymond Aron, *Le Grand Schisme* (1948), p. 26.